

A INDÚSTRIA TÊXTIL NO BRASIL. ESTUDO DE CASO DE UMA EMPRESA DO RIO DE JANEIRO. FONTES DOCUMENTAIS

Elisabeth von der Weid*

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre o processo de industrialização do Brasil foram, durante muito tempo, centralizados no desenvolvimento do estado de São Paulo, talvez por ser este, atualmente, o principal parque industrial do país e por ter sido o café do oeste paulista o motor da economia nacional a partir do início do século XX. No entanto, nos últimos quinze anos, vêm sendo desenvolvidas pesquisas sobre outras regiões, que permitem conhecer melhor a dinâmica do desenvolvimento da economia brasileira como um todo, e a interligação ou isolamento dos processos regionais. O primeiro trabalho que focalizou a indústria têxtil brasileira como um todo foi o livro de Stanley J. Stein, *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil (1850-1950)*, publicado nos Estados Unidos em 1957. As pesquisas referentes a setores industriais regionais e os estudos de caso de empresas são particularmente ricos na procura deste conhecimento do processo nacional, apesar de serem mal conhecidos por estarem, muitos deles, ainda inéditos.

A indústria têxtil tem sido especialmente focalizada, por ser tradicionalmente o setor pioneiro do processo de industrialização. As experiências manufatureiras do período colonial foram interrompidas pelo alvará de 1785, que proibia o desvio de braços da lavoura ou das minas, suprimindo as pequenas manufaturas primitivas existentes na colônia. As primeiras indústrias têxteis brasileiras, portanto, já se instalaram com características fabris, ainda na primeira metade do século XIX, na

* Pesquisadora do Setor de História da Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro. Co-autora, com Ana Marta Rodrigues Bastos, de *O Fio da Meada: estratégia de expansão de uma indústria têxtil*, Fundação Casa de Rui Barbosa/Confederação Nacional da Indústria, Rio de Janeiro, 1986.

Bahia, em Minas Gerais e, em seguida, no Rio de Janeiro, que era na época o município da Corte e depois Distrito Federal. Centro político e administrativo durante o Império e início da República, o Rio de Janeiro foi também, nesse período, o eixo econômico e financeiro do país.

O caso que apresentamos aqui é o estudo da Companhia América Fabril, uma empresa privilegiada para pesquisar as origens do processo de industrialização do Brasil pela sua representatividade dentro do contexto nacional da época. Considerando que o Rio de Janeiro era o centro dinâmico da economia no século XIX e o ramo têxtil era o setor mais avançado da indústria no momento de sua implantação no Brasil, a Companhia América Fabril teve uma trajetória de crescimento vertiginosa, transformando-se, após a primeira guerra mundial, na mais importante empresa têxtil do país. Tanto o seu capital quanto o valor da sua produção eram, no início da década de 1920, muito superiores aos de qualquer outra empresa nacional, e mesmo à soma do capital e valor de produção das empresas do ramo em alguns estados da federação, tendo sido este capital, sempre, inteiramente nacional.

Trataremos, finalmente, das fontes documentais a que tivemos acesso, e o modo pelo qual foram trabalhadas, distinguindo os diversos tipos: a documentação da empresa, as fontes governamentais, documentos das associações de classe e periódicos. As fontes da empresa são os documentos típicos de todas as empresas, mais alguns específicos desta companhia, e mostram de que modo um estudo de caso pode contribuir para o conhecimento de um processo mais geral. As outras fontes são recursos para situar a empresa no quadro setorial ou nacional, permitindo uma *visão comparativa ampla e a inserção do caso estudado dentro da economia regional e nacional.*

O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA TÊXTIL NO BRASIL

No final do século XVIII, a economia colonial brasileira continuava orientada para a lavoura de exportação e o comércio voltado para o mercado exterior. A política mercantilista da metrópole fazia com que toda a produção agrícola e mineira, e toda a importação, estivessem sob o controle de um pequeno grupo de comerciantes portugueses, que tinham agentes nas cidades portuárias da colônia. As poucas manufaturas que haviam surgido na colônia, apenas para suprir necessidades básicas, foram suprimidas por uma série de decretos do final do século XVIII. A manufatura têxtil, particularmente, foi restringida pelo alvará de 1785, que permitia exclusivamente a produção de tecidos rústicos de algodão “apropriados para o uso... dos negros e para enfardar ou ensacar mercadorias em geral”.¹ As razões dessa limitação eram a necessidade de mão de obra

¹ Alvará de 5 de janeiro de 1785, citado *in* Comissão encarregada da revisão da tarifa, *Relatório* (Rio de Janeiro, 1853), p. 102. *Apud* Stanley J. Stein, *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil*, Editora Campus, Rio de Janeiro, 1979, p. 20.

para a agricultura de exportação, e o fato da riqueza da colônia estar baseada em produtos do solo, e não na obra de artesãos ou artífices, sendo inadmissíveis os desvios de braços ou esforços de investimento paralelos a este objetivo.

A transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, trouxe mudanças radicais para a economia da colônia, pois o governo real precisava de novas fontes de renda para manter-se no exílio. Foi suspensa a proibição das manufaturas, mas a expansão do comércio é que traria os recursos necessários, e o primeiro passo foi a abertura dos portos da antiga colônia para as nações amigas, o que dinamizou a praça do Rio de Janeiro, trazendo grande número de comerciantes e estabelecimentos, sobretudo portugueses e ingleses, e transformando definitivamente a estrutura comercial brasileira.

Apesar do Brasil tornar-se independente pouco tempo depois, em 1822, a agricultura de exportação continuou a determinar o modelo econômico do país durante toda a Primeira República, apenas alterando o produto básico, que passou progressivamente a ser o café, em detrimento do algodão e do açúcar, que eram os principais produtos coloniais. Até o final do século XIX, a agricultura de *plantation*, baseada na mão de obra escrava, foi profundamente desestimulante para o desenvolvimento industrial brasileiro, dificultando a vinda de imigrantes e a criação de um mercado de trabalho livre. Além disso, gerava divisas para importação de produtos manufaturados baratos, prejudicando a produção artesanal e as manufaturas prematuras que procuravam se instalar. À medida que se desenvolviam sistemas de transportes para os produtos agrícolas, a produção artesanal do interior, fiação e tecelagem manuais por exemplo, praticamente desapareceu.²

Durante todo o período do Império, prevaleceram os interesses dos grandes produtores rurais. Tudo o que se fazia, desde o ponto de vista da infraestrutura até as tarifas alfandegárias, visava apoiar a produção agroexportadora. Um único momento de diversificação foi a tarifa protecionista de 1844, chamada tarifa Alves Branco, que estipulava taxas de 30% para a maioria dos produtos manufaturados importados, inclusive os tecidos de algodão. A tarifa, na verdade, era uma retaliação às taxas de importação impostas pela Inglaterra ao açúcar brasileiro, mas funcionou como proteção à incipiente indústria nacional, e possibilitou o debate das novas teorias econômicas por parte dos protecionistas. Pouco depois houve uma suspensão das taxas alfandegárias que incidiam sobre máquinas e matérias primas, o que estimulou a fundação de fábricas de fiação e tecelagem de algodão. Duas delas, a Santo Aleixo, no Rio, e a Todos os Santos, na Bahia, possuíam um padrão verdadeiramente industrial.

A Bahia foi o primeiro centro manufatureiro têxtil, com várias fábricas fundadas nesse período. Graças à presença de matéria prima (o algodão bruto era um dos produtos de exportação da região desde o final do século XVIII), fontes de energia hidráulica e mercados rurais e urbanos para sua produção. Salvador, apesar de ter perdido a primazia

² S.J. Stein, *Origens*, op. cit., p. 22.

dos primeiros tempos coloniais, era um grande empório comercial, com excelente sistema portuário e fluvial para o transporte de maquinaria e da produção. Tanto a cidade como o interior da Bahia contavam com uma enorme população escrava e um grande contingente de trabalhadores livres para consumir tecidos grossos. Além desses, outros dois fatores contribuíram para dar impulso à industrialização daquele estado: taxas suplementares impostas a todos os produtos de exportação ensacados com panos importados e as dificuldades econômicas que enfrentavam os produtores e exportadores de açúcar, que passaram a aproveitar novas oportunidades de investimentos.

Em 1861, foi realizada uma exposição considerada o “primeiro inventário da riqueza natural e das indústrias do Brasil”.³ As fábricas têxteis que dela participavam eram em número de nove, quase todas fundadas no período favorável da década de 1840. Dessas, cinco se situavam na Bahia. Uma nova exposição, em 1866, apresentava na sua seção industrial artefatos que demonstravam a aptidão do país para a indústria, e o relator defendia o potencial industrial do país, fazendo um apelo ao Estado para proteger indústria nacional nascente.⁴

Nas décadas de 1870 e 80 o clima econômico do país começou a mudar, com o início da decadência da produção de café do Vale do Paraíba, em consequência do esgotamento do solo, envelhecimento da mão de obra escrava e ameaça de abolição da escravidão. Essas mudanças estimulavam diretamente o desenvolvimento da indústria têxtil de algodão. Seguindo o exemplo dos industriais americanos, no lugar de utilizar o carvão como fonte de energia, os empresários brasileiros estabeleciam suas fábricas próximas aos rios, a fim de aproveitar a força hidráulica para mover suas máquinas. A matéria prima era nacional, sendo o Brasil o quarto produtor mundial de algodão. As taxas alfandegárias e o câmbio também passaram a ser, nesse período, fatores favoráveis ao estabelecimento de unidades fabris.

A partir de 1879, o governo imperial pareceu interessar-se pelo desenvolvimento da indústria manufatureira nacional, enquanto os industriais brasileiros veementemente insistiam nas suas propostas, sobretudo depois da fundação da Associação Industrial, em 1881, organizada para “servir à campanha pelo progresso da indústria nacional e para defender os seus justos interesses”.⁵ No final da década de 1880, o pequeno grupo de empresários brasileiros proclamou que a indústria nacional já não era mais “embrionária”, e seu progresso deixara de ser apenas uma esperança. Havia muitas novas pequenas fábricas espalhadas pelo país, produzindo tecidos grossos de algodão que concorriam com os similares importados da Inglaterra. Segundo *O Industrial* de 18 de junho de 1881, publicado pela Associação Industrial, a abundância e o baixo preço da matéria prima e a perfeição e o baixo preço dos produtos acabados, aliados a uma demanda adequada, asseguravam um futuro estável à indústria têxtil nacional.⁶

³ F.L.C. Burlamaque, “Relatório geral”, *Exposição nacional de 1861*, Rio de Janeiro, 1862, p. 12.

⁴ A.V. de Borja Castro, “Relatório do segundo grupo”, *Relatório da segunda Exposição Nacional de 1866*, Rio de Janeiro, 1869, *apud.* S.J. Stein, *Origens*, *op.cit.*, pp. 29-31.

⁵ Cf. S.J. Stein, *Origens*, *op. cit.*, p. 33.

⁶ *Idem*, *ibidem*, p. 34.

A COMPANHIA AMÉRICA FABRIL NO CONTEXTO NACIONAL

Em 1882, trinta e três das quarenta e oito fábricas têxteis brasileiras estavam localizadas nas províncias do centro sul do país —Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais— sendo a província e a cidade do Rio de Janeiro a área de maior concentração de capacidade produtiva. A principal fábrica têxtil do país, a Companhia Brasil Industrial, uma das onze fábricas de tecidos do Rio, empregava quatrocentos operários. A pequena fábrica Pau Grande, núcleo de origem da Companhia América Fabril, também próxima à capital, foi uma das 36 unidades têxteis fundadas no Brasil entre 1866 e 1882. Era a quarta da província do ponto de vista do emprego de mão de obra, com 150 operários, sendo a segunda a Fábrica Aliança, com 210, e a terceira a Companhia Petropolitana, com duzentos.⁷ A mais antiga fábrica do Rio de Janeiro era a Santo Aleixo, fundada em 1849 e vizinha à Pau Grande.

A fábrica Pau Grande foi fundada numa fazenda em 1878, por uma sociedade solidária de três empresários com o capital de 150 contos de réis,⁸ para produção de tecidos grossos de algodão, aproveitando a energia hidráulica da região e a mão de obra rural. Em 1885, constituiu-se a sociedade anônima Companhia de Fiação e Tecidos Pau Grande, que se propunha a ampliar e diversificar a produção da fábrica-fazenda, que por essa época já produzia também a fiação necessária aos seus artigos. Como primeiro resultado, quatro anos depois, inaugurava-se nas terras da fazenda a fábrica Rio Grande, com produção de tecidos de meia.

Em 1891, a empresa comprou a Fábrica Cruzeiro, na cidade do Rio de Janeiro, pretendendo modernizar e expandir a sua produção e aproximar-se da zona urbana. A incorporação da nova unidade levou à mudança da razão social para Companhia América Fabril, e a fábrica Cruzeiro foi inteiramente reformada, iniciando sua produção em 1895, sendo que no final do ano já apresentava seus produtos na Exposição Industrial.⁹ Comparada às outras indústrias de fiação e tecelagem que também participavam do evento, a América Fabril era a quinta da região, do ponto de vista do capital, e a quarta em metragem, sem contar com os artigos de meiaría da fábrica Rio Grande, que não participaram da mostra.¹⁰

⁷ Comissão de Inquérito Industrial, *Relatório ao Ministro da Fazenda*, Tip. Nacional, Rio de Janeiro, 1882, v. 1, p. 27.

⁸ A moeda brasileira, na época, era o “mil-réis” (Rs 1\$000). Um conto de réis correspondia a um milhão de réis (1:000\$000). Em 1915, o capital da CAF era 6 mil contos (6.000:000\$000) e a média salarial dos seus operários era cinco mil-réis (5\$000), segundo uma relação de gastos com salários do pessoal das quatro fábricas da empresa, incluindo empregados da administração e dos escritórios, datada de dezembro daquele ano (arquivos da CAF).

⁹ Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, “Quadrô dos estabelecimentos de fiação e tecidos nacionais que se fizeram representar na Exposição Industrial realizada no ano de 1895”, *Relatório*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1895.

¹⁰ E. von der Weid e A.M. Rodrigues Bastos, *op. cit.*, pp.127-128.

Com a compra da fábrica Bonfim, em 1903, também na zona urbana do Rio de Janeiro, a América Fabril impulsionou a capacidade produtiva, mas continuava ocupando o quinto lugar entre as suas congêneres no Rio em quase todos os aspectos.

QUADRO 1. PRINCIPAIS EMPRESAS TÊXTEIS QUE SE FIZERAM REPRESENTAR NA EXPOSIÇÃO INDUSTRIAL - 1885

<i>Empresa</i>	<i>Capital (contos)</i>	<i>Número de operarios</i>	<i>Teares</i>	<i>Fusos</i>	<i>Produção (1 000 m)</i>
C.F.T. Aliança (DF)	10 000	1 625	1 248	54 871	8 220
C.F.T. Confiança Industrial (DF)	6 000	557	600	—	7 000
C.F.T. Brasil Industrial (RJ)	6 000	935	850	27 000	9 500
C. Progresso Industrial do Brasil (Bangu) (DF)	3 000	1 000	1 221	—	3 600
C. América Fabril (fábr. Pau Grande e Cruzeiro) (DF e RJ)	2 400	980	540	12 000	6 720

Fonte: Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas; "Estabelecimentos de fiação e tecidos nacionais que se fizeram representar na Exposição Industrial realizada no ano de 1895", *Relatório*, 1896.

Em relação ao resto do país, estava em sétimo lugar quanto ao capital e em sexto quanto à metragem produzida. A partir de então, os empresários decidiram investir numa produção sofisticada e diversificada, organizando o processo produtivo de forma racional. O resultado foi a instalação de uma seção de estamparia e uma série de seções complementares de beneficiamento na fábrica Cruzeiro, e a inauguração, em 1911, da mais moderna fábrica de fiação e tecelagem do Brasil na época, a Mavilis.¹¹ Quatro anos depois, um inquérito do Centro Industrial do Brasil revelava que a Companhia América Fabril se encontrava à frente de todas as suas congêneres no país em todos os itens, exceto o valor de capital. Era a empresa que produzia a mais ampla gama de fiação, sendo a única que produzia o fio mais fino permitindo a confecção de tecidos leves e sofisticados.¹² A variedade era possível devido à especialização de suas fábricas: a Pau Grande apresentava os fios mais grossos e produção correspondente; a Mavilis produzia fiação e tecelagem sofisticadas; a Bonfim e a Cruzeiro eram responsáveis pela produção mediana, sendo que todo o beneficiamento e acabamento do pano estavam concentrados nesta última fábrica.

A América Fabril dispunha ainda de fábricas complementares que produziam artigos para suprir as suas unidades têxteis. Foi uma política de auto-suficiência, iniciada ainda no século XIX, com o desenvolvimento de uma atividade agropecuária

¹¹ *Idem, ibidem*, p. 129.

¹² Centro Industrial do Brasil, "Estatística geral das fábricas brasileiras de fiação e tecidos de algodão em 1915" in *O Centro Industrial na Conferência Algodoeira*, Rio de Janeiro, 1916.

na fazenda, voltada para o sustento das famílias dos operários, e a instalação de uma fábrica de correias de sola junto à fábrica têxtil, para auxiliar na transmissão de energia; como apoio às construções, foram montadas uma serraria, aproveitando a madeira das matas da fazenda, e uma olaria, para fabricar os tijolos necessários às obras das fábricas da empresa; além de um engenho de aguardente, para aproveitar a cana de açúcar, plantada para dessecar o solo excessivamente alagadiço da fazenda.

A proposta foi continuamente ampliada, no decorrer das primeiras décadas do século XX, com a criação de uma carpintaria na fábrica Cruzeiro, e de oficinas mecânicas para reparo das máquinas, nas fábricas urbanas, sendo que a oficina da Cruzeiro era extremamente especializada, fabricando, desde o tempo da guerra, peças de reposição para o conserto das máquinas, peças acessórias e até máquinas completas, que eram instaladas nas diferentes unidades fabris a cada ampliação da capacidade produtiva. A fábrica Cruzeiro tinha pequenas fábricas anexas às seções de beneficiamento do pano, como uma oficina de gravura e um laboratório químico-industrial, que davam apoio à estamperia; gazômetro e fábrica de gelo, com produtos utilizados no beneficiamento; e uma fábrica de soda cáustica, fundamental para a mercerização. A última unidade complementar montada em Pau Grande, em 1921, foi uma fábrica de polvilho utilizando matéria prima obtida nas roças de mandioca da fazenda e cuja produção abastecia as seções de engomagem do fio e do pano de todas as fábricas têxteis da companhia.

Em 1920, a Companhia América Fabril incorporou a Companhia de Fiação e Tecelagem Carioca, na zona sul do Rio de Janeiro, que tinha duas fábricas inteiramente aparelhadas com uma capacidade produtiva de mais de mil teares e 42 000 fusos, dispondo também de oficina mecânica, carpintaria e caixotaria, seções de beneficiamento e acabamento do pano, alveijamento e tinturaria. As fábricas entraram dentro do sistema de produção integrada da companhia, e entre outras cooperações, suas oficinas passaram a produzir vagões para transporte de carga na estrada de ferro e nas linhas de bondes da cidade.¹³ Nessa época, todas as unidades da companhia estavam eletrificadas, com exceção da fábrica Pau Grande.

Na Grande Exposição de Tecidos de Algodão, organizada dentro das comemorações do centenário da independência em 1922, participaram indústrias têxteis de todo o país. Na época, funcionavam 243 fábricas de tecidos, com um valor de capital empregado de 600 000 contos, 60 000 teares, 1 700 000 fusos e 130 000 operários. A produção anual de tecidos era de setecentos milhões de metros no valor 700 000 contos.¹⁴ A Companhia América Fabril surgia como a principal empresa do país, com uma estrutura de produção integrada nas seis fábricas, desde a produção agrícola para manutenção da comunidade operária de Pau Grande e a produção têxtil diversificada, até a utilização de fábricas complementares que forneciam produtos

¹³ Bonde é o termo utilizado no Brasil para traduzir *tramway*.

¹⁴ Centro Industrial de Fiação e Tecelagem do Algodão, *Revista da Grande Exposição de Tecidos de Algodão*, Rio de Janeiro, 1923.

às diferentes unidades da empresa, inclusive bens de capital, como as máquinas e peças de reposição e os vagões que transportavam as mercadorias.

Ao longo da década de 1920, até 1927, esta empresa manteve uma situação estável, com crescimento constante das reservas e ampliação da capacidade produtiva, apesar das dificuldades enfrentadas pela indústria têxtil no período. O valor de sua produção também cresceu durante a década, que correspondeu a uma fase de contração do mercado. A partir de 1924, as reservas ultrapassaram o valor do capital nominal, chegando, em 1930, a mais de 150% daquele montante.

O potencial da companhia pode ser comparado ao dos estados brasileiros que possuíam maior produção têxtil. O estado do Rio de Janeiro e a capital federal continuavam a ser, no início da década, o principal centro têxtil do país, embora perdendo progressivamente terreno para São Paulo, que assumiu a liderança depois de 1925. No quadro 2 aparece nitidamente a importância da empresa quando comparada a Minas Gerais e Bahia, que foram os berços da indústria têxtil no Brasil.

QUADRO 2. PERFORMANCE DA AMÉRICA FABRIL COMPARADA À DOS ESTADOS DE MAIOR PRODUÇÃO TÊXTIL

<i>Estados</i>	<i>Número de fábricas</i>	<i>Capital (contos)</i>	<i>Produção anual (contos)</i>	<i>Produção anual (1 000 m)</i>	<i>Teares</i>	<i>Fusos</i>	<i>Operários</i>
C.A.F.	6	32 000	62 000	32 144	4 850	287 000	7 900
S.Paulo	73	177 782	381 260	219 579	22 589	740 048	37 442
DF/RJ	35	119 960	229 825	143 005	17 644	630 338	22 799
Minas	63	36 551	88 410	68 388	6 198	177 518	10 797
Bahia	15	23 581	35 856	44 830	6 024	129 364	6 695
Sergipe	9	10 500	32 215	32 318	2 935	64 508	5 010
R.Gr.Sul	4	11 829	14 400	12 371	1 190	34 104	2 270
Total	205	412 204	843 956	652 636	61 430	2 062 880	92 913

Fonte: Centro Industrial de Fiação e Tecelagem do Algodão, *Relatórios*. Os dados correspondentes à Companhia América Fabril são relativos a dezembro de 1925. Os dados sobre os estados se referem a abril de 1926.

Com relação às outras companhias, individualmente, a Companhia América Fabril continuava ainda num vantajoso primeiro lugar no final da década, tendo o potencial de produção superior ao das principais companhias do Rio de Janeiro e de São Paulo, estado que já era o líder incontestável do ramo. Apenas as fábricas têxteis das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, de São Paulo, tinham um valor de produção próximo ao da América Fabril, mas a superavam em metragem, o que indica que os tecidos desta companhia eram mais caros, e portanto mais refinados. A fábrica de Matarazzo que produzia em maior escala era especializada em sacaria.

FONTES PARA O ESTUDO DE UMA EMPRESA TÊXTIL

As fontes para pesquisar a história de uma empresa são de procedências diversas, além, naturalmente, da documentação empresarial. No caso da Companhia América Fabril, o acervo documental da empresa, por sorte quase todo em bom estado de conservação, continha um material extremamente rico que possibilitou a reconstituição detalhada de sua história. De modo geral, o acesso à documentação das empresas é vedado ao pesquisador, frequentemente por restrições dos proprietários, e quando tal não ocorre, por sua inexistência ou má conservação. No momento inicial da pesquisa, a América Fabril estava numa situação particular, pois a sua massa falida estava sendo administrada por uma instituição pública, o Banco Central, que permitiu livre acesso aos arquivos.

Os documentos encontrados abrangem todos os setores da companhia, permitindo o conhecimento evolutivo de sua política econômica e social, das relações pessoais entre os principais acionistas e das relações de trabalho. Os documentos pertencentes ao arquivo da própria empresa são de três tipos: oficiais ou públicos; confidenciais ou de uso interno da empresa; e aqueles relativos a assuntos diversos.

O primeiro grupo, que reúne os documentos oficiais, apresenta informações que exigem uma análise criteriosa em virtude de seu caráter político-administrativo, já que o conteúdo das deliberações transmitidas pela direção da companhia aos sócios e à sociedade em geral pode implicar distorções. É necessário, portanto, que sejam relativizados e confrontados com a conjuntura nacional em que estão inseridos. Os relatórios de diretoria e os livros de atas das assembleias gerais de acionistas são documentos políticos contendo informações mais abrangentes. Os relatórios anuais contêm um resumo das atividades do ano social da empresa. As assembleias ordinárias são importantes para a reconstituição dos processos e resultados das eleições de diretoria e conselho fiscal. As assembleias extraordinárias são mais reveladoras, incluindo propostas e problemas debatidos pelos acionistas e explicitando as posições divergentes. As atas das reuniões de diretoria contêm informações mais detalhadas dos processos decisórios a nível de cúpula, mas não apresentam uma ocorrência regular.

Outros documentos oficiais mais formais são os estatutos, que definem a estrutura administrativa da empresa e informam sobre sua estrutura econômica, e o livro de registro de acionistas, onde se pode traçar relações de poder e de parentesco. Além desses, podemos incluir as escrituras dos investimentos imobiliários da companhia, e os contratos de locação de imóveis, armazéns, transporte nas estradas de ferro e nas linhas de bonde. Finalmente, os balanços semestrais, os livros diários e os de contas correntes e contribuem para o conhecimento da história econômico-financeira e das relações comerciais da empresa.

Os documentos de uso interno podem ser referentes às relações entre os sócios, às relações de trabalho, e à vida no interior da fábrica. Com referência às relações

entre os sócios, o livro de procurações é uma mina inesgotável, permitindo perceber as ligações entre famílias e a formação de blocos ideológicos dentro da sociedade. Quanto às relações de trabalho, a empresa tinha um folheto, editado no início da década de 1920 e distribuído aos operários, onde definia as normas de boa conduta nas fábricas e nas vilas operárias.

Outra fonte confidencial riquíssima, para o conhecimento da composição da mão-de-obra e do controle sobre ela exercido pela empresa, são as fichas de registro dos operários, ou “cartões históricos”, segundo a terminologia da própria empresa. São registros paralelos aos oficiais, e preservados até hoje, contendo a trajetória dos empregados: informações sobre a identidade (sexo, idade, estado civil, instrução, nacionalidade), datas de entrada e saída, cargos, salários, moradia, acidentes, motivos de punição e de saída, além da militância na Associação dos Operários. Essas fichas eram em torno de 12 000 na fábrica Cruzeiro e 750 na Pau Grande, considerando-se apenas o período do início do século XX até 1930. As outras unidades, que já estavam desativadas quando iniciamos a pesquisa, tinham seus arquivos em péssimo estado, não sendo possível fazer um trabalho sistemático com eles. Mas os dados dessas duas fábricas foram ideais para comparar o processo fabril na unidade rural, a mais antiga da companhia, com o sistema de trabalho dentro da sua unidade urbana mais completa. Esses dados foram informatizados em três bancos, um referente aos operários da fábrica Pau Grande, outro aos da Cruzeiro, e um terceiro com os comportamentos fora da norma e suas punições, registrados nesta fábrica. O trabalho com esses dados foi um estudo fascinante de objetivos de controle empresarial e reações dos trabalhadores, que permitiram perceber o processo de formação da mentalidade operária.¹⁵

A equipe teve acesso ainda a documentos diversos, como plantas das fábricas e das vilas operárias e importante material iconográfico da década de 1910, retratando diversas seções das fábricas têxteis e turmas de trabalhadores. Além da pesquisa documental, realizamos visitas às fábricas desativadas (Pau Grande, Bonfim e Mavilis), e àquelas ainda em funcionamento como a moderna fábrica Santana, em Pau Grande, e uma unidade em Deodoro, que nos permitiram conhecer de perto o processo fabril têxtil. Outra fonte rica em informações complementares para a pesquisa foram as entrevistas com antigos empregados e com descendentes de diretores, os quais além de acrescentarem valiosas informações para o conhecimento da mentalidade empresarial e das relações de trabalho, forneceram documentos de difícil acesso, como o folheto das normas disciplinares e os estatutos e livros de atas de diretoria da Associação dos Operários da América Fabril, que não se encontravam nos arquivos da empresa.

Aos documentos pertencentes à empresa, somou-se a pesquisa em outras fontes primárias, em poder dos arquivos públicos do Rio de Janeiro. No Arquivo Nacional,

¹⁵ A respeito do trabalho com esses dados, ver de E. von der Weid, “O uso de métodos quantitativos no tratamento de dados qualitativos”, *Revista do Rio de Janeiro*, nº 2, abr. 1986, Rio de Janeiro, pp. 81-90.

foram consultados os antigos arquivos da Junta Comercial, e os livros dos Cartórios de Notas do século XIX. Além disso pesquisou-se nos arquivos da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. No Centro Industrial do Rio de Janeiro, tivemos acesso às publicações do Centro Industrial do Brasil, *Boletins, Relatórios*, e um livro com dados preciosos, *O Centro Industrial na Conferência Algodoeira*, de 1916; e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, que tem uma revista, *O Auxiliador da Indústria Nacional*. Na Confederação Nacional da Indústria tivemos acesso aos arquivos da Associação Industrial, com sua publicação *O Industrial*, e do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem do Algodão do Rio de Janeiro, que além dos *Relatórios*, tem a *Revista da Grande Exposição de Tecidos de Algodão*, de 1923, e umas *Estatísticas da Indústria... relativas ao ano de 1927*. Esses arquivos contribuíram para a história comparada da América Fabril com as empresas congêneres no país, e para o conhecimento de sua participação nas entidades de representação do setor têxtil.

A organização das primeiras sociedades comerciais que antecederam a Companhia América Fabril pôde ser conhecida através de pesquisa nos livros dos Cartórios de Notas e nos registros de firmas da Junta Comercial do século XIX. Essas mesmas fontes, aliadas aos livros de matrículas de comerciantes, também da Junta, foram decisivas para identificação da situação sócio-econômica dos primeiros empresários e diretores, e para reconstituir as origens do capital da empresa.

O período anterior à formação da sociedade anônima e primeiros anos da nova firma são escassos de documentos da companhia, e foi possível reconstituí-lo através dos contratos das firmas solidárias e de documentos oficiais, como o *Relatório ao ministro da Fazenda*, da Comissão de Inquérito Industrial, de 1882; as *Informações apresentadas ao Corpo Legislativo* pela Comissão Parlamentar de Inquérito, em 1883; e o *Relatório ao Corpo Legislativo*, da Comissão Parlamentar de Inquérito de 1885. Sobre a situação anterior à fundação da fábrica Pau Grande, para situá-la dentro da evolução da indústria do Rio de Janeiro, recorreremos ao *Relatório* da Comissão encarregada da revisão da tarifa em vigor que acompanhou o projeto de tarifa apresentado pela mesma comissão ao governo imperial, em 1853. Recorreremos também ao *Relatório do júri especial do segundo grupo*, da Exposição Nacional de 1861, e ao *Relatório do segundo grupo*, da Exposição Nacional de 1866. Todos esses relatórios podem ser encontrados no Centro Industrial do Rio de Janeiro ou no Arquivo Nacional.

No Arquivo Nacional encontramos também os *Relatórios* do presidente da província do Rio de Janeiro; dos Ministérios da Fazenda; da Agricultura; de Indústria, Viação e Obras Públicas e a *Coleção de Leis do Brasil*. É uma publicação muito rica para o conhecimento do comércio e das relações comerciais do Rio de Janeiro, que é o *Almanac Laemmert*. Consultamos, na Biblioteca Nacional, o *Jornal do Comércio*, que trazia os Relatórios e Balanços da companhia no período em que essa fonte inexistia no arquivo da empresa (até 1916).

No Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro recorreremos aos documentos relativos às obras nas fábricas e à construção de vilas operárias, cujos projetos e

medidas tinham que ser apresentados à prefeitura para acordo, e que completaram os dados encontrados no arquivo da empresa. Outra fonte inestimável para a questão das casas para operários é o *Relatório* sobre “Habitações populares” apresentado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores por Everardo Backheuser, em 1906, com uma análise social e técnica sobre o tema, e descrição de vilas operárias de empresas diversas, inclusive as da própria América Fabril.

As fontes utilizadas para o estudo da história de uma empresa, basicamente o arquivo dessa empresa e os arquivos de suas fábricas, assim como a documentação governamental ou de entidades empresariais, traduzem o discurso dos empresários, sua visão de mundo, deixando transparecer sua ideologia e sua mentalidade. Elas permitem a análise dos processos de formação do empresariado e sua atuação sobre a força de trabalho, e também a afirmação e a expansão da companhia, mas sempre a partir da ótica empresarial. Foi possível assim, sistematizar a evolução da mentalidade empresarial no que diz respeito à dinamização do empreendimento, política de produção, relações entre os empresários e aquelas estabelecidas entre a empresa e a força de trabalho. Além disso, foi possível tecer algumas considerações sobre o grau de assimilação ou rejeição dos operários ao processo fabril, a partir do discurso e perspectiva patronais.